Artigo Original

Em Tese

DA CRÍTICA À MÍDIA DE MASSA AO ELOGIO DA INTERNET: A PROPOSTA COMUNICACIONAL DISRUPTIVA DO PORTAL/PROJETO *ESTUDOS NACIONAIS*

From the criticism to the mass media to the praise of the internet: the disruptive communicational proposal of the portal/project *Estudos Nacionais*

Everton Silva de **SOUSA**
Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza (CE), Brasil
evesous@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-3093-312X

Fabio **GENTILE**
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil
fabio_gentile@ymail.com
https://orcid.org/0000-0001-5746-8008

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO

Neste artigo veremos como se fundamenta a proposta comunicacional conservadora de direita do portal *Estudos Nacionais* e do projeto que engloba a editora homônima. A partir de análise temática de conteúdo feita sobre a produção bibliográfica de Cristian Derosa, que é cofundador, editor-chefe do portal/projeto e um dos principais intelectuais de direita empenhados em denunciar os meios de comunicação de massa (*mass media*) – incluindo as emissoras de televisão e de rádio, jornais impressos e revistas de circulação nacional – e a suposta estratégia midiática de *transformar* a sociedade de acordo com "interesses globalistas", pretendemos elucidar, sem a pretensão de esgotar o assunto, a(s) justificativa(s) da proposta comunicacional da plataforma. Além da *crítica à mídia de massa*, o *elogio à internet* aparece como um dos fundamentos da proposta do portal/projeto, o qual, não por acaso, aciona teorias conspiratórias improváveis para justificar sua atuação e relevância diante *transformação social* operada – supostamente – pela comunicação globalista e/ou do silenciamento imposto a temas e personagens de direita em canais tradicionais.
PALAVRAS-CHAVE: Direita. Comunicação alternativa. Comunicação disruptiva. Desinformação. Internet.

ABSTRACT

In this paper, we will see how the right-wing conservative communication proposal of the *Estudos Nacionais* portal and the project that encompasses the homonymous publisher is based. Based on thematic content analysis carried out on the bibliographic production of Cristian Derosa, who is co-founder, editor-in-chief of the portal/project and one of the main right-wing intellectuals committed to denouncing the mass media – including the television and radio stations, printed newspapers and magazines with national circulation - and the supposed media strategy of *transforming* society according to "globalist interests", we intend to elucidate, without the pretense of exhausting the subject, the justification(s)) of the platform's communication proposal. In addition to *criticism of the mass media*, *praise of the internet* appears as one of the foundations of the portal/project proposal, which, not by chance, triggers unlikely conspiracy theories to justify its performance and relevance in the face of social transformation operated - supposedly - by communication globalist and/or the silencing imposed on right-wing themes and characters in traditional channels.
KEYWORDS: Political right. Alternative communication. Disruptive communication. Misinformation. Internet.

1 INTRODUÇÃO

O portal/projeto[1] *Estudos Nacionais* tem se dedicado em analisar temas como geopolítica, comunicação social e opinião pública, expondo reportagens e estudos em sua página na internet[2] – a qual também é atualizada regularmente com notícias –, ou publicando suas abordagens em livros pela editora homônima[3]. Todo o trabalho do instituto, cujo portal na internet é o principal veículo, apresenta um viés de direita e conservador, muito embora seja assegurado que todos os autores/colunistas gozam de inteira liberdade para fazer suas abordagens individuais, desde que assumam a responsabilidade por tudo que publicam. Apesar dessa ressalva, não há qualquer indício de discordância político-ideológica entre as matérias publicadas pelos diversos autores.

O portal/projeto tem se esforçado bastante para ocupar um posto da intelectualidade de direita no Brasil e tem conseguido apresentar um pensamento teórico discursivamente coeso – embora não consistente do ponto de vista científico[4] – a respeito da interface entre mídia e política, principalmente na produção de Cristian Derosa (cofundador e editor-chefe do portal/projeto). Estando à margem do campo de pesquisa acadêmico, os seus escritos acerca da confluência entre mídia e política no Brasil pretendem – especialmente – alertar o público de que a culpa pelo quadro atual de desinformação recai sobre a mídia de massa (*mass media*) e que a internet pode livrar a opinião pública dos filtros de informação arbitrários. Essa parece ser a base de toda a proposta comunicacional do portal/projeto.

Na verdade, todo o material produzido para o portal parece seguir essa premissa básica, independentemente do assunto tratado. Essa é a razão de ser do portal/projeto. E, de todos os textos que criticam a mídia de massa e elogiam a internet, os de Cristian Derosa

---

[1] A opção pelo termo *portal/projeto*, e não somente portal, leva em conta que o site se torna um projeto junto com a editora. Além disso, em sua apresentação, a principal definição o coloca como um projeto: "Estudos Nacionais é um *projeto* independente de pesquisa e estudo nos âmbitos da geopolítica, comunicação social e opinião pública". ESTUDOS NACIONAIS. Expediente do Portal. Disponível em: https://www.estudosnacionais.com/quem-somos/. Acesso em: 25 nov. 2020.

[2] ESTUDOS NACIONAIS. Página inicial. Disponível em: https://www.estudosnacionais.com/. Acesso em: 25 nov. 2020.

[3] ESTUDOS NACIONAIS. Editora. Disponível em: https://www.estudosnacionais.com/editora2/. Acesso em: 25 nov. 2020.

[4] Sustentando-se em "super teorias conspiratórias" (BARKUN, 2013), a quase totalidade das abordagens de Derosa e de seu grupo acomoda eventos e elementos da realidade de maneira discursivamente satisfatória numa cadeia narrativa improvável, erguendo barreiras impenetráveis para qualquer tentativa de refutação lógico-científica (METEORO BRASIL, 2019).

se destacam pela *regularidade* e *homogeneidade*. Contudo, uma leitura flutuante[5] de sua produção para o portal nos leva, sem demora, aos livros que publicou pela editora, cujos temas são os mesmos explorados no site, muito embora mais aprofundados. Percebe-se, no caso, como o projeto sabe adequar a linguagem para cada plataforma em que atua. Contudo, julgamos oportuno priorizar a análise do conteúdo impresso, tendo em vista que ele é *representativo* das matérias de Derosa que se encontram no portal.

Este artigo, portanto, é resultado de uma análise (temática) de conteúdo que partiu da seguinte hipótese: a(s) crítica(s) lançada(s) à mídia de massa e o(s) elogio(s) à internet feito(s) pelo principal idealizador do portal/projeto – atuando como seu representante nesta matéria –, significam mais que um queixume sobre a falta de representatividade da direita nos canais tradicionais de comunicação; tratam-se, como já foi anunciado, das bases principais que justificam a proposta de comunicação do instituto. É a partir dessas premissas que todo o trabalho intelectual do grupo vinculado ao portal/projeto se desenvolve, como uma alternativa à mídia de massa e a todos os atores e mecanismos que, de alguma forma, silenciam – supostamente – a voz e os temas da direita e do conservadorismo.

Como consequência imediata, essa comunicação alternativa busca erigir um novo regime de verdade cujos crivos não mais perpassem as redações dos jornais. Uma prova desse regime disruptivo pode ser vista nas conspirações improváveis que passaram a guiar os passos da direita no Brasil ao longo da última década e que revelam a mídia de massa como em completa condição de submissão aos propósitos do "globalismo".

Priorizamos, dessa forma, fazer a análise enfocando estas duas unidades temáticas: (1) *crítica à mídia de massa* e (2) *elogio à internet*. E, apesar das numerosas matérias escritas para o portal (todas examinadas numa fase de leitura flutuante), chegamos à constatação de que a análise dos escritos de Derosa é suficiente para entender como o portal/projeto se sustenta nesses posicionamentos[6]. Sendo assim, o corpus da pesquisa se restringe aos livros *A transformação social: como a mídia de massa se tornou uma máquina de propaganda* (2017), Fake news*: quando os jornais fingem fazer jornalismo* (2019), *Controle global: Esquerda, globalismo, China e as ameaças reais por trás da pandemia* (2020a) e *Extrema imprensa: por que os jornais vivem de* fake news (2020b).

---

[5] De acordo com Minayo (2010), a *leitura flutuante* é uma fase fundamental da análise temática de conteúdo e "[...] requer que o pesquisador tome contato direto e intenso com o material de campo, deixando-se impregnar pelo seu conteúdo" (p. 316).

[6] A análise dos textos será precedida, entretanto, de uma rápida análise da apresentação que o portal/projeto faz de si próprio.

A leitura desse material nos leva a concluir que a proposta do portal/projeto *Estudos Nacionais*, na condição de veículo difusor de informações, envolve, portanto, um posicionamento conservador de direita que mira criticamente não somente nos partidos, movimentos e/ou intelectuais de esquerda, mas, principalmente, nos veículos de comunicação de massa, os quais são denunciados em sua tentativa de impor sobre a sociedade uma transformação sintonizada com a "agenda globalista", a qual tem como objetivo promover "uma nova ordem mundial" para satisfazer a voracidade de "metacapitalistas" como George Soros, cuja atuação econômica se vê limitada, dentre outros obstáculos, pelas fronteiras nacionais.

Diferente de uma análise de conteúdo que prima pela quantificação e pelo fracionamento, tal como se vê em Silverman (1993) e Berelson (1952), esta pesquisa escolheu fazer uma análise qualitativa nos termos de Abrahanson (1983) e Grawitz (1986), ou seja, o objetivo buscado consiste em penetrar nas ideias dos textos averiguados (CHIZZOTTI, 2010, p. 116-117). O que se quer, portanto, é elucidar uma[7] das principais bases do portal/projeto Estudos Nacionais, na medida em que o instituto é uma das faces comunicacionais da direita brasileira (re)emergente no Brasil. Se não atua para difundir o pensamento de direita voltado – especialmente – para os temas "meios de comunicação" e "opinião pública", o portal/projeto ao menos reproduz o que se apregoa no espectro.

A partir de agora, apresentaremos algumas ideias importantes colocadas no debate sobre a internet e suas consequências para a democracia e, logo em seguida, será visto como o atual quadro de *comunicação disruptiva* (BENNET; LIVINGSTON, 2018) tem possibilitado política, econômica e discursivamente a ascensão e a difusão surpreendentes do pensamento conservador e de direita em todo o mundo – inclusive no Brasil. Depois disso, veremos como o principal idealizador do portal/projeto *Estudos Nacionais* faz – oportunamente – uma leitura diferenciada, elevando as ferramentas da internet à condição de libertadoras da democracia e condenando a mídia de massa como principal – senão exclusiva – responsável pela profusão de informações falsas.

2 COMUNICAÇÃO DISRUPTIVA E DIREITA REEMERGENTE

[7] Muito embora se trate de dois temas, a crítica à mídia de massa e o elogio da internet se apresentam, no discurso de Derosa e do portal/projeto, numa relação de causa e consequência. A virtude da internet, nesse raciocínio, consiste em anular as arbitrariedades da grande mídia no ato de filtrar as informações para o público. São dois temas, mas uma só base que justifica a proposta do portal/projeto *Estudos Nacionais*.

Muitos analistas veem nas possibilidades comunicacionais nascidas com a internet, especialmente no uso das redes sociais online, um fator determinante para a atual profusão de informações falsas na esfera pública (EMPOLI, 2019; AMARAL; SANTOS, 2019). Sem desconsiderar que as notícias falsas são parte, especialmente, da história da imprensa pré-moderna, na qual se pode encontrar pasquins cuja finalidade era difundir fofocas improváveis sobre pessoas públicas (DARNTON, 2017) ou "correspondentes estrangeiros" que fingiam escrever do exterior (McGUILLEN, 2017), deve-se ter em mente, de fato, que falseamentos dessa ordem encontraram nas redes sociais um terreno fértil (ELLISON; BOYD, 2013), não podendo ser compreendidos fora da circulação online (BOUNEGRU et al. 2017). Foi no ciberespaço que a mentira deixou de ter pernas curtas e se tornou viral.

E a gravidade desse quadro é acentuada diante do comportamento dos usuários da internet, os quais, no geral, tendem a privilegiar conteúdos que confirmam a maneira como veem o mundo. Uma vez que as notícias falsas já são formuladas para satisfazer a visão de um determinado grupo social e/ou político, são elas que ganham maior potencial de visualização, tanto pela preferência cativa, quanto pela apresentação para outros usuários (BALDACCI et al. 2017). Além disso, as plataformas resistem em instituir mudanças num quadro em que a ausência de regras e a governança algorítmica encoraja a disseminação de notícias falsas, além de conteúdos de baixa qualidade (NEWMAN et al. 2017), colocando-os em pé de igualdade com matérias jornalísticas verídicas (CHEN et al. 2015).

Apesar da constatação de que a internet – e as redes sociais online em específico – possibilitaram o agravamento da inserção de notícias falsas no debate público – e estão desestabilizando a própria democracia ao empoderar o populismo digital (CESARINO, 2020) –, não era essa a promessa das novas mídias na última virada de século – ou mesmo até o início da atual década. A esperança era que a internet pudesse, em primeiro lugar, proporcionar o acesso ao conhecimento de forma mais rápida e eficiente, sem filtros e sem controles (FREY, 2001), podendo se tornar, no campo político, uma ferramenta contra o autoritarismo (BUCHSTEIN, 1997) e, no campo da comunicação, uma forma de superar a mídia de massa, retirando-lhe o monopólio do ato de informar (GOMES, 2005).

O entusiasmo também apontava para um futuro no qual a disposição de múltiplas e irrestritas informações fortaleceria a "educação cívica" (BARBER, 1984), chegando ao ponto de se tornar prescindível o posicionamento de intermediários entre as informações e os cidadãos (GOMES, 2007) ou mesmo de qualquer outro tipo de intermediação (KAKABADSE et al, 2003). Imaginava-se que, com a internet, a esfera civil pudesse alcançar uma maior influência sobre o sistema político (GOMES, 2007) e que,

consequentemente, a ágora ateniense pudesse ser finalmente experimentada pela multidão em tele-presença (ROVER, 2006); e essa experimentação poderia favorecer até a integração nacional em muitos países (DAVIS, 2005).

Chegou-se também a vislumbrar que o anonimato possibilitado pela rede poderia contribuir para a participação igualitária nos debates virtuais, multiplicando os pontos de vistas das discussões (MAIA, 2008). No fim das contas, com a internet chegaria a vez de se ouvir as vozes marginalizadas da sociedade (MITRA, 2001).

Para bem ou para mal, alguns desses vislumbres puderam ser realizados, muitas vezes para a decepção de quem outrora se enchia de entusiasmo, que tiveram de se deparar com alguns usos da internet cujos efeitos longe estão de serem benéficos para a democracia, para integração social ou para a "educação cívica".

Ainda que houvesse apelos de precaução, alguns poucos estudos pessimistas e muitas outras distopias anunciadas pelos observadores mais desconfiados com relação ao tema, o entusiasmo da internet sempre foi mais propalado. Usando uma dicotomia conhecida de Umberto Eco (2006), é possível dizer que, nesse tema, até bem pouco tempo, os integrados eram bem mais numerosos que os apocalípticos.

O sociólogo Dominique Wolton (2007) bem que antecipou o "desencanto" da Internet ainda na época em que ela mais embalava os vislumbres futuristas. A primeira edição francesa do livro *Internet e depois?* é de 2000. Além disso, a sua visão quanto às mídias de massa já previa a (re)utilização delas para neutralizar os possíveis prejuízos que as novas mídias iriam causar à democracia.

Criticando o que chama de visão materialista e técnica da comunicação, Wolton (2007) sustenta, em detrimento dessa perspectiva, que o acesso massivo aos sistemas de informação interativos – viabilizadores que são do modelo de comunicação muitos-para-muitos –, tal como se configura especialmente desde o advento da Internet, faz crer que "o desafio não diz respeito à aproximação dos indivíduos e das coletividades, mas, ao contrário, à administração de suas diferenças [...]" (WOLTON, 2007, p. 09). No parecer de Wolton (datado da última virada do século), as potencialidades das novas ferramentas de comunicação deveriam ser vistas com muita cautela, principalmente no tocante aos aspectos supostamente "revolucionários" e "democratizantes" propalados em demasia e inadvertidamente pelos discursos que as defendem (ou defendiam).

Wolton não foi o único estudioso – e nem o primeiro – que se ocupou em analisar as potencialidades negativas da internet. Antes da desinformação online desinflar quase todo o entusiasmo acadêmico quanto à rede, houve, segundo agrupamento de Buchstein (1997),

quem apontasse os riscos de estratificação dos internautas, restringindo-se os usos de relevância política para as elites (BARNETT, 1997; WILHELM, 2000); quem reclamasse sobre o progressivo controle da lógica comercial sobre a internet (SALTER, 2004); quem previsse o processo de panoptificação da rede, possibilitando ao governo e/ou outros agentes poderosos o controle virtual da população (SEIFERT; CHUNG, 2009); quem demonstrasse a erosão da realidade em decorrência da vida no ciberespaço (DAVIS, 2005); e mesmo quem visse com desconfiança a liberdade ilimitada da internet, o que poderia fomentar a inserção do discurso de ódio no ambiente online ou mesmo da informação falsa para ridicularizar grupos ou indivíduos (BUCHSTEIN, 1997).

Sampaio (2010), por seu turno, vai além do agrupamento de críticas proposto por Buchstein (1997) e inclui os reclames acerca da fragmentação da esfera pública, o que aproximaria indivíduos com pensamento similar em oposição a todos os outros, e o excesso de informação política, que poderia levar os internautas a acessar somente notícias que lhes agrada/favorece, ignorando todo o resto.

Todos esses autores "apocalípticos" obtiveram algum sucesso ao apontar os riscos que a internet propiciaria ao mundo. Mas como a "futurologia" não é ciência, foi preciso esperar que esses riscos se apresentassem mais concretos que no alerta de intelectuais acadêmicos. Só depois da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos foi que se passou a dar maior atenção aos prejuízos que a internet poderia trazer à democracia[8].

Bennet e Livingston (2018), tendo testemunhado e analisado os desdobramentos das eleições de 2016, sugerem que a internet agravou a crise da democracia. Os autores afirmam que todas as esferas públicas nacionais estão, atualmente, sofrendo processos de desestruturação na medida em que alguns princípios até bem pouco tempo responsáveis pelo que os autores chamam de "centralização democrática" – ou meios de sustentação da democracia – vêm enfrentando crescentes revezes e desafios nunca antes enfrentados[9], o

[8] O uso de desinformação na internet durante as eleições de 2016 nos EUA não deixa de ter influência determinante. Contudo, é possível dizer que, naquele caso, as notícias falsas não teriam obtido sucesso não fosse a análise de *big data* possibilitada pela *Cambridge Analytica*, tendo em vista as particularidades do sistema eleitoral norte-americano. Sabe-se hoje que a equipe de campanha de Donald Trump, munida de informações privilegiadas, procurou concentrar seus esforços de espalhar desinformação em três estados, para manter a vantagem na quantidade de colégios eleitorais, sabendo que não conseguiria uma soma total de votos maior que a democrata, estratégia que rendeu ao multibilionário republicano 304 colégios contra 227 de Hillary Clinton e a consequente vitória. Quanto à soma total de votos, Trump recebeu 62.984.825 votos (46,09%) e Hillary Clinton 65.853.516 (48,18%).

[9] Alguns autores bem que sinalizam a crise recente e sem quaisquer precedentes que acomete a democracia liberal (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018; CASTELLS, 2018; MOUNK, 2019), principalmente depois das escolhas políticas que estão definindo mudanças temerosas em muitos países, quase todas guiadas por lideranças políticas que desestabilizam ou intentam desestabilizar as instituições democráticas. Yascha Mounk (2019), por exemplo, é um dos que associam a popularização das mídias sociais à atual conjuntura política mundial,

que acaba por dar espaço para que forças antidemocráticas – como alguns líderes de opinião no ecossistema da internet – se beneficiem desse vácuo de legitimidade.

Segundo os autores, o cenário propício para o atual quadro de disseminação da *desinformação* se forma a partir do colapso da confiança em instituições democráticas como a imprensa e a própria classe política, que sofre com o esvaziamento de sentido dos partidos e com o sentimento decrescente de representação entre os cidadãos. Quando este quadro se agrava, a perda de confiança chega a acometer até as instituições educacionais, como no caso das universidades e de seus intelectuais, e as da sociedade civil, como no caso de movimentos sociais e sindicatos. Se o descrédito toma conta da opinião pública, outras fontes acabam sendo legitimadas como orientadoras do debate público.

Em meados do século XX, quando a moderna democracia liberal estava em seu auge no Ocidente, especialmente nos EUA, havia, de fato, mais controle da informação pública pelas autoridades e pelo setor midiático, cujos mecanismos de *gatekeeper* ou de filtro dos fatos se encontravam quase todos sob o domínio político e econômico, diferente do quadro atual, em que canais alternativos de comunicação produzem “mitologias políticas populares" para mobilizar cidadãos junto a movimentos radicais de direita, principalmente (BENNETT; LIVINGSTON, 2018, p. 128), incentivando, por exemplo, revisionismos históricos oportunistas e a derrubada de barreiras do “discurso politicamente correto”.

Na medida em que esses movimentos passam a rejeitar os discursos da imprensa e das classes política e intelectual, surge, então, uma crescente demanda para explicar “como as coisas ficaram tão fora de ordem” (BENNETT; LIVINGSTON, 2018, p. 128). Eis que se criam institutos para ocupar o vácuo decorrente do descrédito, os quais necessitam, por sua vez, continuar estimulando em seu público o mesmo sentimento de desconfiança nas instituições democráticas que os tornou possível. No geral, esse estímulo tem sido, ao longo da última década, baseado em muita desinformação e em teorias conspiratórias improváveis, sendo indivíduos e/ou grupos de direita na internet os seus principais promotores.

No passado, a combinação entre menos fontes de informação e comunicação e a maior confiança dos cidadãos nas instituições democráticas permitiu, durante um longo tempo, que as autoridades políticas e sobretudo a imprensa colocassem barreiras contra

---

na qual o povo acaba aparecendo como responsável pela queda de legitimidade das instituições democráticas quando faz coro com opiniões antidemocráticas. Levitsky e Ziblatt (2018), por seu turno, partem da obra *The breaksdown of democracies* (LINZ, 1978), demonstrando que a atual crise já era esperada há mais de 40 anos.

as “narrativas selvagens ou perigosas" das oposições políticas mais radicais e até de ameaças externas, sinalizam os autores. Contudo, com a proliferação de canais de comunicação depois do advento da internet – e mais ainda com o surgimento e a popularização das redes sociais virtuais –, essas barreiras vieram fatalmente ao chão.

Não há mais controle na comunicação e a democracia liberal, que depende de uma opinião pública minimamente informada para se manter viva, encontra-se ameaçada.

> The more recent volatile mix of institutional corrosion and media abundance has enabled counter politics to take on corrosive and undemocratic forms in many societies, as alternative media flows reach large audiences and help organize movements and parties that have gained higher levels of electoral success (BENNETT; LIVINGSTON, 2018, p. 128).

Os autores alertam que estão ocorrendo rupturas sistemáticas na ordem informativa tradicional pela via de enganos estratégicos que já contam com a credibilidade de um público descrente quanto às instituições democráticas (p. 124). E o aumento do número de canais de comunicação é o que estaria agravando, portanto, o fenômeno da *desinformação*, o que, segundo eles, se trata de “intentional falsehoods spread as news stories or simulated documentary formats to advance political goals” (BENNETT; LIVINGSTON, 2018, p. 128), ou seja, não equivale a falseamentos aleatórios, mas tem propósito e objetivo de (de)formar a opinião pública de acordo com preconceitos e teorias conspiratórias que favorecem atores políticos na maior parte das vezes situados à direita do espectro político.

Bennet e Livingston (2018) alertam, enfim, que violações irreparáveis solapam as já frágeis esferas públicas democráticas e condenam os valores de esclarecimento e debate fundamentado, dando lugar à desinformação e aos discursos de ódio contra refugiados, minorias e opositores políticos exteriores aos movimentos ascendentes.

Allcott e Gentzkow (2017), por seu turno, situam o episódio da disseminação de *fake news*[10] pelas mídias sociais durante as eleições norte-americanas que deram a vitória a Donald Trump como a mais recente repercussão negativa da tecnologia das comunicações na democracia daquele país. A abordagem econômica feita pelos autores possibilita uma perspectiva de compreensão do “sucesso” da indústria de *fake news* de acordo com a demanda crescente desse produto por indivíduos e grupos dos EUA e em todo o mundo. Nisso eles se aproximam do trabalho de Bennet e Livingston (2018): há um movimento ascendente que demanda, produz e consome informações falsas.

[10] Ao contrário de Bennet e Livingston (2018), que preferem o termo *desinformação* a *fake news*, Allcott e Gentzkow (2017) não apresentam qualquer problematização quanto à conceituação e utilizam o segundo termo (*fake news*) sem críticas.

Entretanto, preocupações quanto à repercussão de inovações tecnológicas na política não são novidades na história dos EUA (e não só nesse país): no século XIX, o barateamento do papel e o aprimoramento das técnicas de impressão multiplicaram os impressos partidários, com defesas políticas apaixonadas, sem nenhum compromisso com a verdade e cujo principal intento era ridicularizar grupos e personagens opositores; já no século XX, o rádio e a televisão, segundo analistas temerosos, privilegiaria candidatos carismáticos e reduziria a política à superfície das aparências; e com o surgimento da Internet, o temor se volta para o isolamento decorrente das "bolhas de filtro"[11].

No trabalho intitulado *Social Media and Fake News in the 2016 Election*, Allcott e Gentzkow, ambos economistas, pretendem oferecer uma base teórica e empírica sobre a disseminação de *fake news*, levantando questões sobre sua demanda, produção e consumo. De fato, a intenção dos autores é apresentar um modelo econômico da "indústria da notícia falsa". Nesse modelo, um setor produtivo se encarrega de captar a demanda e vender "peças (des)informativas" que se encaixam na visão de mundo dos consumidores.

Essa produção leva muitas vantagens em relação à imprensa tradicional, tendo em vista que exige menos receita e trabalho que a precisão noticiosa, a qual, segundo se defende nesse meio, deve acionar grandes esforços para que as matérias jornalísticas venham a auxiliar a vida cotidiana de seus leitores/consumidores. Mas, por outro lado, gera-se um custo social muito elevado com a circulação de *fake news* no mercado da informação: pouco a pouco, perde-se a noção do que, de fato, é real e do que é falso nas notícias que circulam pelo mundo, e mesmo os canais de comunicação que precisam fundamentar seu trabalho na veracidade das informações sofrem de progressiva perda de credibilidade.

Esse novo arranjo se tornou possível graças à queda das barreiras à entrada no setor midiático. A facilidade para se criar sites, o aumento dos indivíduos com acesso à Internet e às mídias sociais e a monetização dos conteúdos da rede pelas plataformas de publicidade veio confrontar, por exemplo, a estabilidade do mercado da televisão (e a importância deste meio como formador da opinião pública), tendo durado mais de 50 anos.

E por conta mesmo dessa nova configuração, surgiram veículos para atender especialmente a demanda de "informações" que confirmem a visão de mundo de alguns indivíduos e grupos, já que os noticiários tradicionais se sustentavam até então pela

[11] Eli Pariser adverte em seu livro *O filtro invisível: o que a Internet está escondendo de você* (2012) que os algoritmos utilizados principalmente no site de rede social Facebook e no buscador Google acabam por personalizar os conteúdos que devem aparecer na interface do usuário e podem levar ao extremo de criar bolhas político-identitárias que segreguem os internautas, ainda mais quando boa parte da vida dos indivíduos acontece atualmente on-line.

credibilidade, cuja manutenção exige que os relatos sejam objetivos, reais e verdadeiros, sem se deixar guiar por ideologias ou pelo partidarismo político, segundo ainda é propagado pelos seus profissionais e empresários. Dessa forma, as mídias sociais se tornaram o meio mais adequado para a disseminação de *fake news*.

Na campanha eleitoral brasileira de 2018, o cenário político também foi contaminado pela circulação de informações falsas nos meios digitais (MOURA; CORBELLINI, 2019; NICOLAU, 2020). Qualquer consideração dessas circunstâncias deve, de fato, levar em conta a nova forma de comunicação possibilitada pelas redes sociais e ainda a direita brasileira reemergente, que obteve o êxito de eleger o novo Presidente da República e fazer reverberar na opinião pública um discurso extremista e conservador (no mais das vezes atrelado à desinformação e ao conspiracionismo exportado dos EUA).

No Brasil, essa direita reemergente levanta a bandeira do neoliberalismo. Não sendo o único segmento político que se alinha a este conteúdo, neste caso em específico o quadro se torna mais complexo, tendo em vista o reforço de outros discursos os quais caracterizam a ideologia dessa direita que ressurge e ganha força no cenário nacional. Se a realidade europeia evidencia os grupos de direita como um efeito colateral do pensamento único de corte neoliberal (RANCIÈRE, 2014), aqui a soberania irrestrita do mercado ocupa um lugar central no pensamento neoconservador.

Miguel (2018) faz um retrato sintético e preciso dessas forças políticas que vale a pena ser visitado.

Muito embora os grupos políticos de direita nunca tenham deixado de existir no Brasil, nos anos em que o PT esteve à frente no Palácio do Planalto, houve um inédito e rápido crescimento da oposição nacional de viés ultraconservador. Durante os governos Lula (2003-2006 e 2007-2010), a acomodação de uma ampla fatia da classe política, reunida sob as justificativas de governabilidade, até fez diminuir o “poder de fogo” desses grupos extremistas, mesmo que eles continuassem a crescer e se opor, de maneira cada vez mais agressiva, a tudo quanto se relacionasse à(s) esquerda(s) (MIGUEL, 2018).

Com Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), o barulho oposicionista de direita ganha mais sonoridade e deixa de ser um fenômeno restrito às redes sociais e passa a se corporificar em manifestações de rua (TATAGIBA et al, 2015). Somando-se a outros fatores, essas manifestações resultaram no processo de *impeachment* que derrubou aquele governo em 2016.

Durante esses treze anos, pode-se dizer que dois grandes grupos políticos relutaram em se submeter à era de consenso político promovida pelo PT: o grupo que orbita em torno

do PSDB, que sempre almejou voltar a ocupar o centro do poder, e os setores situados (ou próximos) à extrema direita do espectro político nacional, para quem a moderação petista ainda apresentava um intervencionismo perigoso, principalmente em questões ligadas à liberalização nos costumes, por mais paradoxal que isto possa soar (MIGUEL, 2018).

Unidos pela percepção de um inimigo comum e pelo pragmatismo nas ações, os grupos da direita reemergente no Brasil, apesar de possuírem diferenças pontuais, se irmanaram, portanto, sob três vertentes principais: a ideologia libertariana, o fundamentalismo religioso e a atualização do anticomunismo (MIGUEL, 2018).

A ideologia libertariana, antes de chegar ao Brasil, já exercia bastante influência nos Estados Unidos e descende da "escola austríaca de economia", cuja principal reivindicação é a redução do Estado e o consequente fim da intervenção deste na economia, na medida em que o mercado promove a justiça automaticamente pelos seus mecanismos próprios[12].

A ideologia libertariana supera o liberalismo clássico ao limitar toda a justiça ao direito de propriedade e diminuir a importância dos laços de solidariedade social. Com um discurso que tira os limites à autonomia individual, se absorvido sem qualquer problematização, o libertarianismo logo efetuaria uma revisão liberalizante em questões como o uso de drogas, o aborto e a liberdade sexual. Restringindo-se convenientemente a temas meramente macroeconômicos, a ideologia libertária foi desidratada para acomodar-se junto ao fundamentalismo evangélico no pensamento da direita brasileira.

Tendo as igrejas evangélicas pouca ou nenhuma influência política no Brasil até a década de noventa, o quadro se alterou rapidamente com o lançamento de pastores pentecostais e neopentecostais (ou representantes da membresia) como candidatos a cargos políticos em todo o país e com a profusão de emissoras de rádio e televisão apregoando o conteúdo religioso e proselitista das diversas seitas. De forma semelhante ao libertarianismo, o qual, endeusando o mercado, deixa pouco espaço para uma democracia indiferente aos títulos de propriedade, o fundamentalismo religioso coloniza o debate político (e todos os outros debates) com a suposta "verdade revelada de Deus".

Enfáticos defensores de uma pureza moral de questionável fundamentação bíblica, os políticos desse grupo ainda traçam alianças com outras forças conservadoras do Congresso Nacional, como as chamadas bancadas "da bala" e do agronegócio.

---

[12] A adesão à ideologia libertariana não impede, no entanto, que a direita reemergente seja contrária a alguns grandes nomes do capitalismo mundial. Na verdade, chega a ser até coerente (se avaliarmos apenas os elementos internos do discurso conspiratório anti-globalista) que os "metacapitalistas" sofram oposição da direita reemergente, uma vez que eles estariam – supostamente – atuando no sentido de implodir o próprio capitalismo e ainda se utilizando do Estado para tanto (COSTA, 2015).

Para completar as vertentes que aproximam os grupos da direita reemergente, o anticomunismo deixa de ser uma lembrança longínqua da guerra fria e se torna uma ameaça com a nova roupagem do "bolivarianismo" venezuelano. Mesmo com toda a moderação e todo o pragmatismo que o aproximou mais do centro que da esquerda, o PT acabou se tornando a representação do comunismo no Brasil. O anticomunismo, portanto, acabou se tornando sinônimo de antipetismo nos últimos tempos. Nessa cosmovisão que insiste em suplantar a realidade, é necessário combater os comunistas do Brasil e forçá-los a abandonar este "país cuja bandeira jamais será vermelha".

E para quem relutar em continuar defendendo ideias de esquerda ou qualquer outra que se assemelhe, a multidão verde-amarela que toma as ruas e as redes sociais guiada pelos grupos (re)emergentes já lhe mostrou o caminho para a fuga: "vai pra Cuba!".

É claro que há sobreposições entre as três vertentes. O anticomunismo, por exemplo, funde-se com a agenda de reacionarismo moral e possibilita uma leitura questionável de obras marxistas como a de Antonio Gramsci, cuja teoria ganha a alcunha de "marxismo cultural". Visando a derrubada do capitalismo e a consequente vitória do comunismo, há que se dissolver a família tradicional, uma vez que esta é a *cellula mater* da sociedade, de acordo com a perspectiva conservadora.

E foi alertando os "cidadãos de bem" com teorias conspiratórias originárias dessa premissa que ganhou notoriedade o astrólogo/filósofo Olavo de Carvalho, o qual assumiu individualmente uma missão intelectual para impedir que se apague toda herança moral e cultural da humanidade – na direção contrária do suposto objetivo do marxismo cultural. De seu "exílio sabático" na Virgínia, ele chegou a ser intitulado pela imprensa como o mentor intelectual do novo governo de Jair Bolsonaro (ZAREMBA, 2018).

Todas essas vertentes também se sobrepõem em sua atuação conjunta no sentido de deixar o terreno fértil para a profusão da desinformação na forma de notícias falsas e – o mais grave – promover, com isso, a implosão das bases da já fragilizada democracia no Brasil (tal como alerta Bennett e Livingston). O predomínio do mercado, a inquestionável verdade revelada e a temerosa conspiração comunista são elementos de uma ordem em que a verdade e a democracia se tornam reféns e correm sério risco de aniquilação. E a internet só aumentou o poder de alcance dessas vertentes (SILVEIRA, 2015)

A opinião pública foi (de)formada através das redes sociais virtuais ao ponto de permitir a reverberação de discursos que confrontam verdades das mais óbvias. A própria mídia foi tragada para o olho do furacão durante esse momento de crise. Além de se beneficiar da indústria da desinformação (e em decorrência disso), a direita encontra-se

empenhada em destruir também o pouco que resta de credibilidade da mídia tradicional, criando, inclusive, projetos de comunicação cuja proposta repousa especialmente nessa questão. Eis que entra em cena o portal/projeto *Estudos Nacionais*.

3 O PORTAL/PROJETO *ESTUDOS NACIONAIS*

Cristian Derosa, colunista, editor-chefe e cofundador do portal estudosnacionais.com[13] e aluno[14], desde 2009, do curso de filosofia à distância promovido por Olavo de Carvalho, é, sem dúvida, um dos autores brasileiros que mais se esforça em divulgar sistematicamente o pensamento da direita sobre a formação da opinião pública pelos meios de comunicação de massa, bem como a defesa de alternativas comunicacionais que libertem a opinião pública de *gatekeepers* com interesse direto no que ele chama de "transformação social" (2017). Da perspectiva do autor, o pensamento de direita teria sido silenciado ao longo dos anos no Brasil e no mundo, dentre outras causas, pelo propósito transformador da mídia, a qual abdicou da função de apenas informar.

A missão do portal, que se soma à editora homônima para formar um "projeto", demonstra sintonia com as conclusões teóricas daquele autor. De acordo com a apresentação na página "Quem somos"[15], o projeto conta com profissionais especializados para, em primeiro lugar, desenvolver

> [...] estudos sobre os temas relevantes à sociedade e o tratamento destes temas pelos meios de comunicação de massa, juntamente com os movimentos sociais inseridos no ambiente comunicativo nacional e internacional. As transformações da sociedade democrática demandam atenção dos cidadãos para a contínua mudança de paradigmas e relações entre agentes sociais e governos. A mudança da função nos meios de comunicação, que hoje se destinam à transformação, tornam a informação um meio instrumental e a credibilidade um lugar de disputa entre os sujeitos, submetida a direcionamentos provenientes de organismos internacionais que se tornam, eles próprios, os produtores de sentido na sociedade contemporânea, especialmente a brasileira (PORTAL ESTUDOS NACIONAIS, 2020).

---

[13] ESTUDOS NACIONAIS. Página inicial. Disponível em: https://www.estudosnacionais.com/. Acesso em: 25 nov. 2020.

[14] Derosa faz questão de se declarar como aluno de Olavo de Carvalho. Eis outros pontos importantes de sua trajetória intelectual que constam em sua biografia no site *Estudos Nacionais*: fundação daquele portal/projeto, graduação e mestrado em jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e autoria dos livros analisados neste artigo.

[15] ESTUDOS NACIONAIS. Expediente do Portal. Disponível em: https://www.estudosnacionais.com/quem-somos/. Acesso em: 25 nov. 2020.

Além de Cristian Derosa, o portal conta com a participação regular do colunista Marlon Derosa, que se dedica a temas como bioética, saúde pública, direitos humanos, biopolítica e geopolítica; do jornalista Josair Bastos, também colunista e apresentador do *EN Pauta*; do Dr. Eduardo Cabette, delegado de polícia e professor universitário; e de Julio Gonzaga, advogado que aborda temas como a "guerra cultural" nos Estados Unidos e os efeitos do ativismo judicial para a democracia. Além desses nomes, há ainda outros colunistas que não figuram entre os principais autores do site[16].

Os temas que gozam da predileção desses intelectuais acabam ganhando espaço nas publicações da editora Estudos Nacionais. Sobre ela, a apresentação no portal assim se expressa:

> Com o objetivo de disponibilizar ao público o conteúdo que mais necessita para a compreensão da realidade atual, o [projeto] Estudos Nacionais se faz presente também na missão de editar, traduzir e incentivar autores na publicação de livros fundamentais (PORTAL ESTUDOS NACIONAIS, 2020).

Não à toa, a primeira grande obra traduzida e publicada pela editora foi *A espiral do silêncio*, de Elisabeth Noelle-Neuman, em 2017, para dar sustentação teórica à denúncia do silenciamento do pensamento conservador de direita operado pela grande mídia.

Também é missão do projeto, especialmente do portal, oferecer um conteúdo noticioso

> [...] focado na objetividade, no qual defende a liberdade de informação como resposta aos avanços transformadores do aparato midiático. [...] A informação, como meio de orientação no mundo, torna-se imprescindível em um mundo conturbado por profundas e frequentes mudanças. O conteúdo noticioso sobre o cenário internacional, hoje, passa por infindáveis filtros de interesse e são conduzidos por objetivos diversos. O Estudos Nacionais busca aprofundar as reflexões utilizando o jornalismo em sua missão informativa e contestadora da atual situação, oferecendo um contraponto exigente à situação de dúvida e incerteza gerada pelo atual modelo informativo (PORTAL ESTUDOS NACIONAIS, 2020).

Como é perceptível, todo o trabalho do projeto parte do pressuposto de que a circulação de informações se encontra comprometida – silenciada pela espiral midiática (e acadêmica) –, urgindo que o projeto assuma a postura não somente de libertar a opinião pública sequestrada pela mídia de massa, mas, também, de conscientizar a sociedade sobre a existência de um propósito obscuro dos grandes veículos de comunicação.

A análise de alguns textos de Cristian Derosa pode revelar como as lentes do reemergente conservadorismo de direita no Brasil delineiam e interpretam a relação (ou o

[16] Camila Abdo, Daniel Souza, Dr. Pedro G. Müller Kurban, Renato Rabelo, Sergio F. Campos e Victor Bruno.

antagonismo) entre a grande mídia e a direita brasileira reemergente, revelando os fundamentos da proposta – e do contrato de informação – do portal e do projeto como um todo. Seus escritos, na forma de colunas do portal e principalmente de livros, apresentam uma leitura do trabalho da grande mídia muito influenciada pelo "olavismo" e parecem ter sintonia com muitas das críticas que têm recebido os veículos de comunicação de massa nas redes sociais digitais por indivíduos e /ou grupos de direita, principalmente contra quem instituiu mecanismos de combate à desinformação nas redes, como o *fact-checking*.

Uma das principais queixas do autor se repete em várias de suas colunas, no entanto aparece mais bem elaborada em seu livro *Fake News: quando os jornais fingem fazer jornalismo* (2019), publicado pela editora originária e homônima do portal/projeto. O trabalho parte de uma crítica dirigida à "surpreendente mudança de otimismo da classe intelectual" quanto à interatividade e quanto ao dinamismo dialogal dos novos meios de comunicação (da internet, em resumo).

Segundo ele sustenta, o início dos anos 2000 foi marcado pelo entusiasmo dos pesquisadores da área da comunicação no tocante às promessas alvissareiras da TV digital. De fato, muito se falou que a "[...] interatividade com o público iria finalmente promover uma emancipação jamais vista e sepultar a passividade do rádio e da TV para criar modelos totalmente inovadores" (DEROSA, 2019, p. 21). Entre os otimistas, era dado por certo que o modelo *um-para-todos*, que caracteriza a radiodifusão, daria lugar, enfim, a uma maior participação dos segmentos sociais que antes se restringiam à recepção dos conteúdos. Nessa onda de entusiasmo, previa-se que emissor e receptor se amalgamariam em uma única entidade. E isso traria uma gama de benefícios para a democracia.

Eis que os ânimos se alteram e o entusiasmo dá lugar à desconfiança entre os estudiosos do tema, especialmente depois de alguns usos políticos de outras ferramentas comunicacionais que, verdadeiramente, foram, no quesito da interatividade, muito além das promessas da TV digital, a qual, de fato, nem correspondeu ao frenesi da espera pela sua instalação no Brasil. Referindo-se a essa mudança brusca e repentina de perspectiva, assim se expressa Cristian Derosa:

> Dez anos depois, o YouTube substituiu a TV e as redes sociais criaram um ambiente de debates nunca antes visto. Mas aonde foram parar aqueles pesquisadores deslumbrados com a interatividade agora que ela finalmente chegou? Estão fechados nas redações e centros acadêmicos maldizendo os avanços que antes celebravam. A festejada interatividade chegou, mas trazendo uma voz popular diferente da esperada pelos intelectuais, que passaram a classificá-la como uma "ameaça à democracia" (DEROSA, 2019, p. 21).

O autor defende que a mudança de ânimo é uma frustração decorrente do modelo de democracia defendido por intelectuais e jornalistas, no qual não se considera a vontade popular, mas uma imposição ideológica sobre ela, sendo esta imposição originária fora do país para atender as demandas do que ele chama de "globalismo" e "nova ordem mundial", esta última patrocinada por multibilionários – os metacapitalistas – que pretendem remoldar o mundo, dando-o uma nova organização que perpassa a maneira como vivemos em sociedade. No geral, essa imposição passa obrigatoriamente por mediadores com interesse direto em manipular a opinião pública em favor de uma agenda de esquerda.

Nesse propósito, jornalistas e intelectuais baseados nas universidades são vistos como os principais agentes promotores. Por isso a direita brasileira reemergente, representada pelo autor, deve empreender urgentemente uma "guerra cultural" para reconquistar o país e o mundo, colocando-se contra essas vozes *transformadoras*.

Foi negligenciando essa vontade popular, muito diferente dos anseios globalistas e mais afinada ao conservadorismo nos costumes (segundo os argumentos que ora nos ocupam), que jornalistas e intelectuais se colocaram primeiro contra a candidatura de Jair Bolsonaro e depois contra o seu governo, segundo o autor, cujo livro foi publicado no primeiro mês de governo do atual presidente do Brasil, ou seja, em janeiro de 2019. Nessa mesma linha argumentativa, Derosa lança na grande mídia brasileira a culpa pela profusão de *fake news* durante as últimas eleições presidenciais, o que, segundo ele, não se deu sem prenúncios, já que alguns jornalistas se "avermelharam" ao declarar total oposição a Bolsonaro, às ideias e à faixa de eleitorado que ele representa[17].

> Como prometido, a campanha eleitoral de 2018 foi marcada por uma das mais claras e contundentes batalhas midiáticas contra um candidato, com direito a notícias totalmente inventadas e distorções grosseiras, tanto de declarações suas como de seus aliados, difamação de eleitores alinhados ao candidato, entre outras acrobacias baseadas na rotulação odiosa de todos os envolvidos. (DEROSA, 2019, p. 23)

[17] Cristian Derosa reclama especialmente de Fernando de Barros e Silva, editor chefe da revista Piauí, que recomendou ao jornal *Folha de S. Paulo* uma postura editorial incoerente com os manuais de jornalismo: "[...] tentar pegar o Bolsonaro de qualquer jeito, na linha: 'como posso prejudicar o Bolsonaro fingindo fazer jornalismo [...]" (DEROSA, 2019, p. 22). Depois de revelar a estratégia e Barros e Silva e mencionar que o editor alegou que estava sendo apenas irônico em sua fala, Derosa faz uma longa consideração a respeito dessa justificativa: "O uso irônico neste caso se refere àquele tipo de brincadeira que se faz para ser constrangedoramente sincero, algo somente permitido em tom de piada, mais ou menos como quem diz: 'É como se fosse assim, mas não devemos dizê-lo'. Ou seja, o editor gostaria que houvesse uma forma mais elegante de dizer o que queria. Mas não havia. Porque o próprio conteúdo do que pretendia expressar é imoral, e a impossibilidade de parecer ético ao recomendar a mentira está no centro de sua piada de mau gosto. Uma piada que revela a verdadeira face do que se tornou o jornalismo brasileiro: uma atividade voltada à construção de enredos, à produção de ambientes e à falsificação de situações" (DEROSA, 2019, p. 22).

E o autor continua a argumentação sobre a culpa da grande mídia no tocante às notícias falsas. Isentando inteiramente as redes sociais digitais e outras ferramentas de comunicação na internet, nenhuma consideração é feita sobre autores e publicações científicas ou puramente opinativas que evidenciaram o perigo da propagação de notícias falsas nas redes sociais antes mesmo da crise atual (tal como visto acima).

O propósito de Derosa – comprovar o viés político-ideológico de esquerda da grande mídia – leva-o a se referir à circunstância em que, segundo ele, a imprensa passa a rotular outras fontes informativas concorrentes com a acusação que mais apropriadamente cabe a ela na conjuntura em que transcorreram as últimas eleições brasileiras:

> A campanha contrária ao futuro presidente, que foi seguida por outros veículos, merecerá ser emoldurada no museu da bizarra história do jornalismo militante brasileiro. Seguindo a cartilha de uma guerra cultural, enquanto mentia descaradamente, a Folha de S. Paulo foi sua protagonista. Enquanto disseminava veneno em manchetes, disparava contra as vozes discordantes o rótulo de fake news, a palavra da moda (DEROSA, 2019, p. 23).

O autor revela que a comunicação nas redes sociais, mesmo a que gera boatos os quais influenciam sobremaneira processos eleitorais, não é, de nenhum modo, prejudicial à democracia; pelo contrário, representa uma libertação das amarras que prendiam a *verdade* aos crivos dos jornais. Retomando o entusiasmo com a interatividade presente entre os intelectuais duas décadas antes, Derosa acredita que a verdadeira democracia floresce quando a opinião pública não é guiada por grandes canais de difusão e a comunicação se dinamiza com a multiplicação de grupos em plena conversação.

Na trilha de sua argumentação, o autor nos diz que a acusação sob o rótulo de *fake news* lançada pela grande mídia aos canais da internet esconde a decadência dos grandes grupos de comunicação como modelo de negócio. A grande mídia quer, portanto, destruir a credibilidade de quem lhe arranca ano após ano, e num montante crescente desde que a internet se tornou comercial, recursos de publicidade, na medida em que os anunciantes vêm retirando sua preferência dos veículos de massa para depositá-los na internet, ainda mais quando um número cada vez maior pessoas se insere entre o contingente de usuários das redes sociais, canais de entretenimento e portais de notícia com visualização personalizada de acordo com predileções individuais.

E para desmentir o fato de que a internet é responsável pela atual onda de desinformação, o autor se coloca a revelar procedimentos que não dão orgulho aos profissionais da imprensa e a quem se dedica a pesquisar a história do jornalismo – mas que não isentam, de nenhum modo, as redes sociais, como é o propósito do autor.

> [...] ao contrário do que dizem os analistas, esse fenômeno [das notícias falsas] não vêm exatamente das redes sociais. Os boatos oriundos da internet são apenas versões aperfeiçoadas de algo que sempre existiu. Os populares "*hoax*" só produzem efeitos de fato relevantes quando são inseridas propositalmente por jornalistas ou profissionais de relações públicas, levantando a bola para a grande mídia desmentir tão logo tenham cumprido a sua função. O atual frenesi em torno do tema deve-se ao fato de que a grande mídia não dispõe mais de credibilidade para desmentir coisa alguma.

É nessa linha argumentativa que o autor chega ao *fact-checking*, o qual, para ele, seria mais uma intromissão do jornalismo em algo que deveria ser tarefa exclusiva do público: investigar boatos (DEROSA, 2019, p. 24). O jornalismo mais uma vez usaria o "argumento de autoridade" para definir a verdade no debate público: uma novidade que não se distingue da própria atividade jornalística em si mesma.

Para o autor, a especialização da checagem revela-se redundante, uma vez que os manuais do bom jornalismo já partem do pressuposto de que tudo deve ser checado antes da publicação. De fato, a checagem é uma premissa do trabalho comunicativo que se vende pela precisão, neutralidade e objetividade, mas o autor desconsidera que a especialização da checagem vem atender a uma necessidade nova.

Não fosse a desinformação reinante na internet (que é subestimada ou mesmo negligenciada propositalmente por Derosa) e a crise financeira dos jornais (CHRISTOFOLETTI, 2019), não seria necessário agências especializadas em checar fatos e discursos (SANTOS, 2019). Se o fact-checking se instituiu na forma de agências prestadoras de serviços para outros veículos e vem obtendo êxito na forma de empresa geradora de lucro para os seus proprietários, é porque existe uma demanda, primeiro pela profusão de informações duvidosas que circulam no ecossistema comunicacional da internet e, segundo, pelo enxugamento das redações, muitas das quais não contam com recursos financeiros para manter um profissional dedicado em atuar na linha do jornalismo investigativo e tentar elucidar os falseamentos que circulam no debate público.

Mesmo tendo feito considerações cuja comprovação pode ser verificada por qualquer pesquisador – e negadas com recurso aos fatos –, Derosa se coloca a interpretar a realidade do jornalismo com base em teorias conspiratórias originárias da direita norte-americana e reproduzidas tardiamente no Brasil (WALKER, 2013). É fato notório que as ideias e os fatos que juntos formam essa visão de mundo nem podem ser certificados por uma pesquisa acadêmica e, muito menos, "refutados". Contudo, mesmo que se tratem – até que se prove o contrário – de meras especulações sem fundamento lógico-científico, é

interessante conhecer essa matriz de pensamento, tendo em vista que são os principais argumentos que sustentam o que os jornais certificam como *fake news*.

De acordo com a matriz de pensamento do autor, há uma elite financeira mundial interessada em extirpar todas as liberdades do capitalismo para erigir um poder que ultrapasse os limites da economia e intervenha na destruição da cultura judaico-cristã do mundo ocidental. Os *metacapitalistas* reunidos no chamado "Consórcio" são, portanto, magnatas que investem muitos bilhões para assumir o controle direto do capitalismo – e mesmo desfigurá-lo tal como o conhecemos –, ditando-lhe novas regras que lhes sejam mais favoráveis, uma vez que o sistema econômico que os favoreceu largamente durante muitos anos agora se apresenta como uma barreira aos interesses dessa elite, a qual se dispõe a apressar o surgimento de um governo global comunista.

De acordo com o mentor de Derosa (citado no livro *Controle Global: esquerda, globalismo, China e as reais ameaças por trás da pandemia*),

> Um século de liberdade econômica e política é suficiente para tornar alguns capitalistas tão formidavelmente ricos que eles já não querem submeter-se às veleidades do mercado que o enriqueceu. (CARVALHO, 2004. *apud.* DEROSA, 2020a).

Para atingir seus objetivos, essa elite de metacapitalistas se vê na obrigação de instalar uma autoridade de poder global, fato este que deu origem ao termo *globalismo*, cuja oposição foi inserida na agenda da política externa brasileira a partir de 2019 se fez por intermédio de outro discípulo de Olavo de Carvalho: o Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, nomeado ao cargo por indicação de seu mentor (COLETTA, 2018). Contudo, o termo é original da obra *Nova Ordem Mundial*, publicado em 1940 pelo escritor britânico Herbert George Wells, que ficou conhecido por uma vasta produção literária de ficção científica.

Derosa resume a nova ordem de Wells como a necessidade de um governo mundial para fazer frente a dois problemas: as instabilidades naturais e a ineficiência da democracia capitalista para resolvê-las.

Para alcançar o esperado controle global, os seus promotores elegeram alguns grupos de ações: domínio do estado, estímulo a movimentos socialistas e comunistas e recrutamento de intelectuais (DEROSA, 2020a). Recorrendo aos ensinamentos de seu inquestionável mentor, Derosa revela que o primeiro grupo de ações tem como objetivo eternizar os oligopólios sob os auspícios de um Estado com ampla margem de intromissão na economia; o segundo atende ao crescimento do Estado a reboque de demandas sociais

colocadas por entidades cuja ligação com os mecanismos globalistas é visível (as ONGs transnacionais são as mais criticadas); por fim, o recrutamento de intelectuais é uma iniciativa de acessar a opinião pública, moldando-a para que se acostume com o fim das liberdades burguesas e mesmo o defenda como uma causa sua (DEROSA, 2020a).

A adoção do "politicamente correto" pelos intelectuais e por outros formadores de opinião como os da grande mídia, acaba por interditar os discursos desafinados com a agenda globalista. Por isso, na perspectiva de Derosa, todos eles são desqualificados como *fake news* e/ou discurso de ódio. A grande mídia, neste sentido, atuava até então transformando a opinião pública à imagem e semelhança do politicamente correto, escondendo a existência de outro(s) discurso(s) que não lhe interessa(m). Não se contentando com essa estratégia, a criação das agências de fact-checking representa um dos principais fronts da guerra declarada a esses outros discursos, tendo em vista que esses institutos têm poder para dizer o que é ou não verdade no debate público.

Os promotores do globalismo só não contavam que a internet pudesse quebrar a *espiral do silêncio* e permitir – providencialmente – que se criasse múltiplas alternativas de comunicação à mídia de massa e, com isso, se corporificasse a resistência contra os planos da nova ordem: eis como se explica a reemergência da direita no debate público e mesmo em cargos políticos importantes (pela via eleitoral) a partir da segunda metade desta década, de acordo com vários textos de Derosa. Assim são postos os fundamentos para a atividade do portal/projeto *Estudos Nacionais*: com a possibilidade de difundir sua visão de mundo pela internet, o conservadorismo de direita aproveita para atacar o que – supostamente – agia sempre no sentido de silenciar a sua voz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de se comunicar com o reemergente público conservador de direita brasileiro, o portal/projeto Estudos Nacionais precisa delimitar a suas linhas de atuação e, sobretudo, justificá-las. Neste sentido, as justificativas se corporificam – principalmente – na forma de denúncia dos veículos de comunicação de massa, desestabilizando-os (ainda mais) em sua legitimidade como guia formador da opinião pública, e, além disso, no elogio da internet como uma revolução tecnológica da/para (a) democracia. Tais justificativas restringem as possibilidades de ação e de discurso do veículo alternativo e estabelecem

um acordo prévio de interlocução, garantindo ao público certas diferenciações quanto ao campo midiático que sofre desgaste e perde credibilidade.

De outro lado, mais que utilizar as redes sociais para promover uma visão de mundo conservadora e de direita, este segmento político que vem ganhando força no Brasil e no mundo tenta agora empreender um novo regime de verdade com múltiplos ativismos, especialmente o que revela ao mundo nuances obscuras da grande mídia e sua atuação para implantar um projeto internacional de dominação. Com a facilidade em alcançar o grande público proporcionada pelas novas ferramentas de comunicação surgidas a partir da internet, a direita reemergente encontrou meios para se opor ao(s) regime(s) de verdade que não lhe favorece(m) – utilizando aqui um conceito de Michel Foucault (2019) –, esteja(m) ele(s) erigidos no discurso científico ou no discurso midiático.

É nesse contexto que o portal/projeto *Estudos Nacionais* se torna possível (e necessário para a vertente político-ideológica que representa): partindo da crítica à mídia tradicional e do elogio acrítico às ferramentas da internet, sua proposta comunicacional ganha contornos que o torna apto para a comunicação com um público que se sentia política e ideologicamente desamparado pelos veículos de comunicação de massa e pelas instituições que congregam intelectuais, como as universidades.

O portal/projeto conquista, portanto, a viabilidade econômica e, de quebra, apresenta para a opinião pública um novo regime de verdade que seja mais adequado ao conservadorismo de direita, o que lhe permite até criar um nicho fora da internet: uma editora para dotar o discurso do portal/projeto de uma cientificidade alternativa. Resta verificar quais as repercussões, a longo prazo, dessa proposta que, como muitas outras atualmente, sobrevive se opondo radicalmente ao racionalismo científico e trabalhando incansavelmente para destruir a já frágil legitimidade de institutos criados para dar sustentação à democracia liberal. Mas esse é um assunto que foge aos propósitos desse trabalho e apontam para observações urgentes que devem ser feitas num futuro próximo.

REFERÊNCIAS

ABRAHANSON, Mark. **Social research methods**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1983.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media na fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, vol. 31 (2), p.211-236, 2017.

AMARAL, Inês; SANTOS, Sofia J. Algoritmos e redes sociais: a propagação de fake news. In: SÍLVIO SANTOS, João Figueira (org.). **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

BALDACCI, Emanuele; BUONO, Dario; GRAS, Fabrice. **Fake News and Information Asymmetries**: Data as Public Good, 2017.

BARBER, Benjamin. **Strong democracy**: Participatory politics for a new age. Berkeley: University of California Press, 1984.

BARKUN, Michael. **A culture of conspiracy**: Apocalyptic visions in contemporary America. University of California Press, 2013.

BARNETT, Steven. New Media, Old Problems, New Technology and the Political Process. **European Journal of Communication**, Londres, v. 12, n. 2, p. 193-218, jun. 1997.

BENNETT, Lance; LIVINGSTON, Steven. The disinformation order: disruptive communication and the decline of democratic institutions. **European Journal of Communication**, vol. 33 (2), 122-139, 2018.

BERELSON, B. **Content analysis in communication research**. Glencoe, IL: Free Press, 1952.

BOUNEGRU, Liliana; GRAY, Jonathan; VENTURINI, Tommaso; MAURI, Michele. **A Field Guide to Fake news**. Public Data Lab, 2017. Disponível em: https://fakenews.publicdatalab.org/. Acesso em: 26 dez. 2020.

BUCHSTEIN, Hubertus. Bytes that Bite: The Internet and deliberative Democracy. **Constellations**, Londres, v. 4, n. 2, p. 248-263, out. 1997.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz & Terra, 2010.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**. n. 1, v. 1. p. 91-120, fev. 2020.

CHEN, Yimin; CONROY, Nadia; RUBIN, Victoria. News in an Online World: The Need for an “Automatic Crap Detector”. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology Annual Meeting** (ASIS & T2015) - St. Louis, EUA, 2015.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CHRISTOFOLLETI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

COLETTA, Ricardo Della. Chanceler de Bolsonaro: “Deus uniu as ideias de Olavo de Carvalho ao patriotismo do presidente. El País. 28 dez. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/27/politica/1545925083_475905.html. Acesso em: 26 dez. 2020.

COSTA, Alexandre. **Introdução à Nova Ordem Mundial**. Campinas: Vide Editorial, 2015.

CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DARNTON, Robert. **A verdadeira história das notícias falsas**. El País, 01 maio 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html. Acesso em: 26 dez. 2020.

DAVIS, Richard. **Politics Online**: Blogs, Chatrooms and Discussion Groups in American Democracy. London, New York: Routledge, 2005.

DEROSA, Cristian. **A transformação social**: como a mídia de massa se tornou uma máquina de propaganda. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.

DEROSA, Cristian. **Controle global**: Esquerda, globalismo, China e as ameaças reais por trás da pandemia. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2020a.

DEROSA, Cristian. **Extrema imprensa**: Por que os jornais vivem de *fake news*. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2020b.

DEROSA, Cristian. ***Fake news***: Quando os jornais fingem fazer jornalismo. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2019.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ELLISON, Nicole; BOYD, Danah. Sociality through social network sites. In: DUTTON, W. H. (Org.). **The Oxford Handbook of Internet Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

ESTUDOS NACIONAIS. **Editora**. Disponível em: https://www.estudosnacionais.com/editora2/. Acesso em: 25 nov. 2020.

ESTUDOS NACIONAIS. **Página inicial**. Disponível em: https://www.estudosnacionais.com/. Acesso em: 25 nov. 2020.

ESTUDOS NACIONAIS. **Expediente do Portal**. Disponível em: https://www.estudosnacionais.com/quem-somos/. Acesso em: 25 nov. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREY, Klaus. Governança Eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. **Revista IP – Informática Pública**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 31-48, maio 2001.

GOMES, Wilson. Democracia Digital: que democracia? In: **Anais do II Congresso da Compolitica**, Belo Horizonte, Brasil, 2007.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista da FAMECOS**, Porto Alegre, v. 2, n. 27, p. 58-78, ago. 2005.

GRAWITZ, Madeleine. **Méthodes des sciences sociales**. Paris: Dalloz, p. 669-716, 1986.

KAKABADSE, Andrew; KAKABADSE, Nada; KOUZMIN, Alexander. Reinventing the democratic Governance Project through Information Technology? A Growing Agenda for Debate. **Public Administration Review**, Malden, v. 63, n. 1, p. 44-60, jan. 2003.

KEEN, Andrew. **O culto do amador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

KEEN, Andrew. **Por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando?** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **The Breakdown of democratic regimes**. Vol 2. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press, 1978.

MAIA, Rousiley. Democracia e a Internet como Esfera Pública Virtual: Aproximação às Condições da Deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e Democracia** – Problemas e Perspectivas. São Paulo: Paulus, p. 277-292, 2008.

McGILLEN, Petra. **How the techniques of 19th-century fake news tell us why we fall for it today**. Nieman Lab, 11 abr. 2017. Disponível em: https://www.niemanlab.org/2017/04/how-the-techniques-of-19th-century-fake-news-tell-us-why-we-fall-for-it-today/. Acesso em: 23 fev. 2021.

METEORO BRASIL. **Tudo o que você desaprendeu para virar um idiota**. São Paulo: Planeta Brasil, 2019.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther. **O ódio como política**: A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MITRA, Ananda. Marginal voices in Cyberspace. **New media & Society**, Londres, v. 3, n. 1, p. 29–48, mar. 2001.

MOREIRA, João Almeida. O olavismo tomou conta da cultura no Brasil. Mas o que é o olavismo? **Diário de Notícias**, Lisboa, Portugal. 08 dez. 2019. Disponível em: https://www.dn.pt/edicao-do-dia/08-dez-2019/o-olavismo-tomou-conta-da-cultura-no-brasil-mas-o-que-e-o-olavismo-11591056.html. Acesso em: 26 dez. 2020.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva**: por que Bolsonaro venceu. Rio de Janeiro: Record, 2019.

NEWMAN, Nic. **Reuters Institute Digital News Report 2017**. Reuters Institute of the Study of Jornalism, 2017.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A espiral do silêncio**. Opinião pública: nosso tecido social (tradução, apresentação e notas de Cristian Derosa). Florianópolis – SC: Estudos Nacionais, 2017.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Kassia Nobre dos. **Em busca da credibilidade perdida**: a rede de investigação jornalística na era das fake news. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2019.

ROVER, Aires J. A democracia digital possível. **Revista Sequência**, Florianópolis, n. 52, p. 85-104, jul. 2006.

SALTER, Lee. Structure and Forms of Use. A contribution to understanding the 'effects' of the Internet on deliberative democracy. **Information, Communication & Society**, Londres, v. 7, n. 2, p. 185–206, jun. 2004.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Participação política e potenciais democráticos na internet. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 29-53, jan.-jun. 2010.

SEIFERT, Jeffrey W.; CHUNG, Jongpil. Using E-Government to Reinforce Government-Citizen Relationships: Comparing Government Reform in the United States and China. **Social Science Computer Review**, Londres, v. 27, n. 2, p. 3-23, fev. 2009.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!** O retorno da direita

e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 213-230, 2015.

SILVERMAN, David. **Interpreting qualitative data: methods for analysing talks, text and interaction**. Londres: Sage, 1993.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Protestos à direita no Brasil. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 213-230, 2015.

WALKER, Jesse. **The United States of paranoia**: A conspiracy theory. New York: Harper, 2013.

WILHELM, Anthony. **Democracy in the digital age**: challenges to political life in cyberspace. New York: Routledge, 2000.

WOLTON, Dominique. **Internet e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ZAREMBA, Júlia. Guru de Bolsonaro diz que não existem intelectuais de esquerda do seu nível. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 27 nov. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/guru-de-bolsonaro-diz-que-nao-existem-intelectuais-da-esquerda-a-seu-nivel.shtml. Acesso em: 26 dez. 2020.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

Da crítica à mídia de massa ao elogio da internet: a proposta comunicacional disruptiva do portal/projeto *Estudos Nacionais*

Everton Silva de Sousa
Doutorando em Políticas Públicas
Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Fortaleza (CE), Brasil
evesous@gmail.com

https://orcid.org/0000-0003-3093-312X

Fabio Gentile
Doutor em Filosofia e Política
Professor Associado I
Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), Brasil
Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Fortaleza (CE), Brasil
fabio_gentile@ymail.com

https://orcid.org/0000-0001-5746-8008

LICENÇA DE USO
Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista
Recebido em: 29 de dezembro de 2020
Aprovado em: 13 de agosto de 2021